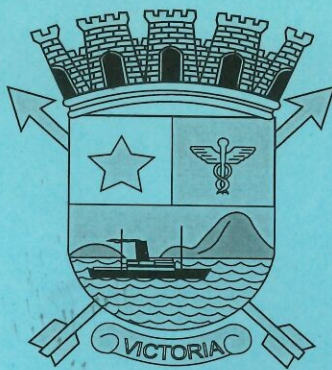


LANÇADO

AVULSO  
APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA

VETO TOTAL

VETO TOTAL



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Serviço de Protocolo Geral

Processo: 3887/2004 Projeto de Lei : 266/2004

Data e Hora: 30/11/2004 12:21:10

Procedência: Neuzinha de Oliveira

Autoriza desafetação de área no Bairro Consolação nesta Capital

CX 05/2004 PSL

~~EX. 1402/05~~



Processo: 3887/2004 Projeto de Lei : 266/2004

Data e Hora: 30/11/2004 12:21:10

Procedência: Neuzinha de Oliveira

Autoriza desafetação de área no Bairro Consolação nesta Capital

**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**PROJETO DE LEI Nº**

**Ementa: Autoriza desafetação de área no  
Bairro Consolação nesta Capital.**

**Art. 1º** Fica autorizado a desafetação da área localizada entre as ruas Anízia Correia e Dr. Américo de Oliveira, no Bairro Consolação, nesta Capital.

**Art. 2º** Os recursos destinados a presente despesa correrão em dotação própria do orçamento vigente.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Attilio Vivacqua , em 30 de Novembro de 2004.

*Neuza de Oliveira*  
Neuza de Oliveira  
VEREADORA

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
3881	02	N.




**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS**

**JUSTIFICATIVA**

Se faz necessário o presente Projeto de Lei, considerando a necessidade da comunidade usufruir dessa área para fins culturais, recreativo, esportivos e outros. Sendo que, a comunidade eo o Grêmio Recreativo Pega no Samba têm como objetivo a criação de: cursos de dança, instrumentos musicais, bateria mirim, ensaios para porta bandeira mirim, promoção de almoço comunitário e festa junina; porém como não possuímos uma área própria, então temos que realizar nossos ensaios e projetos na rua.  
Obs: Anexo croqui com localização da área.

Palácio Attilio Vivacqua, 30 de Novembro de 2004.

  
Neuza de Oliveira  
Vereadora



Processado	2042	02	M
------------	------	----	---



AREA CONSTRUIDA : 859.33 m<sup>2</sup>

Nome

NAME Paulo José E. Rodrigues

CARGO

# Tecnico

DATA/ ASSINATURA.

12,19,195







**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
3087	03	V

**INCLUÍDO NO EXPEDIENTE**

Em 02/12/04

Pedro Luiz Corrêa  
Diretor do DAL

**INCLUIA-SE EM PAUTA P/  
DISCUSSÃO ESPECIAL**

Em, 12/12/04

PRESIDENTE DA CÂMARA

**Pautado em 1ª Discussão**

Em, 02/12/04

Presidente da Câmara





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Assinatura
3887	04	Xr.

PL 266

**BOLETIM DE VOTAÇÃO**

SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 14 / 12 / 2004

VEREADOR	SIM	NÃO	AUSENTE
ADEMAR ROCHA	S		
ALEXANDRE PASSOS	S		
ALOÍSIO VAREJÃO	S		
ANTÔNIO DENADAI	S		
ANTÔNIO SMITH	S		
DERMIVAL GALVÃO	S		
ELIÉZER TAVARES	S		
JOSÉ COIMBRA	S		
JURANDY LOUREIRO	S		
LUCIANO REZENDE	S	-	A
LUIZ PAULO AMORIM	S		
LYRIO ROCHA	S		
MAURÍCIO LEITE	S		
NEUZINHA DE OLIVEIRA	S		
OSVALDO MELLO	S		
PEDRO CHRIST	S		
RAFAEL MUSSIELLO	S		
SEBASTIÃO PELAES	S		
TARCÍLIO DEORCE	S		
TONINHO LOUREIRO	S		
ZEZITO MAIO	S		

SECRETÁRIO:

Neuzinha de Oliveira





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



Processo	Folha	Rubrica
3881	05	X

**D A L**  
**PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA**

**Aprovado Parecer Verbal da Comissão de Justiça**  
**Pela Constitucionalidade e Legalidade.**

**EM 14/12/04**

**PRESIDENTE**

*[Handwritten signatures]*

**D. A. L.**  
**PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA**

**Aprovado Parecer Verbal da Comissão de Finanças**

**EM 14/12/04**

**PRESIDENTE**

*Antonio Smith*  
*[Handwritten signatures]*





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
3887	06	Vr.

PL-266

**BOLETIM DE VOTAÇÃO**

SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 14 / 12 / 2004

VEREADOR	SIM	NÃO	AUSENTE
ADEMAR ROCHA	P		
ALEXANDRE PASSOS	S		
ALOÍSIO VAREJÃO	S		
ANTÔNIO DENADAI	S		
ANTÔNIO SMITH	S		
DERMIVAL GALVÃO	S		
ELIÉZER TAVARES	S		
JOSÉ COIMBRA	S		
JURANDY LOUREIRO	S		
LUCIANO REZENDE	S	—	A
LUIZ PAULO AMORIM	S		
LYRIO ROCHA	S		
MAURÍCIO LEITE	S		
NEUZINHA DE OLIVEIRA	S		
OSVALDO MELLO	S		
PEDRO CHRIST	S		
RAFAEL MUSSIELLO	S		
SEBASTIÃO PELAES	S		
TARCÍLIO DEORCE	S		
TONINHO LOUREIRO	S		
ZEZITO MAIO	S		

SECRETÁRIO: Neuzinha de Oliveira



37:50

Processo	Folha	Rubrica
3887	07	



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS

## REGIME DE URGÊNCIA

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vitória.

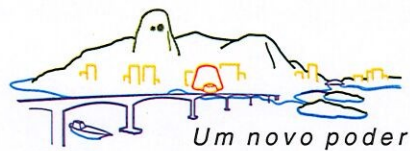
O Vereador signatário, no uso de suas atribuições legais, requer a V. Exa., após ouvido o douto Plenário, com base no que preceitua o art. 264 a 266 do Regimentos Internos, Resoluções nº 1722/98, seja incluído na Pauta da Ordem do Dia em REGIME DE URGÊNCIA, o Projeto de Lei nº 266/04 contido no Processo protocolado nesta Casa sob o nº 3887/04

Palácio Atílio Vivácqua, 14 / 12 / 2004





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
3884	09	X.

**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA - APROVADA VOTAÇÃO ÚNICA**  
**AO DAL PARA EXTRAÇÃO DO AUTÓGRAFO**

EM 16 / 12 / 2007

**PRESIDENTE DA CMV**

**Ao Sr. (Sra)**

**Para extração do Autógrafo da Lei e  
encaminhamento ao Executivo Municipal.**

Em 16 / 12 / 07

**DIRETOR DAL**

**Sr. Diretor, devidamente providenciado.**

Em 15 / 12 / 2007

Adriana Marchant

**ASSINATURA**





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
3881	09	N.

OF.PRE.AUT. Nº 204

Vitória, 15 de dezembro de 2004.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Processo .....: 5589740/2004    Data : 16/12/2004    Hora: 17:15  
Requerente ..: CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA  
Assunto ..: AUTOGRAFO DE LEI

Documento ....: OFICIO - 204  
Destino .....: GAB/PAR

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a V. Exa. o **Autógrafo de Lei nº 7015/04**, referente ao **Projeto de Lei nº 266/04**, de autoria da Vereadora **Neuzinha de Oliveira**, aprovado em Sessão realizada no dia 14 de dezembro de 2004.

Atenciosamente,

Ademar Rocha  
**PRESIDENTE**

Exmo. Sr.  
Luiz Paulo Vellozo Lucas  
Prefeito Municipal de Vitória  
NESTA

Proc. nº 3887/04 – CMV  
rca





**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
3887	10	Nu.

## **AUTÓGRAFO DE LEI Nº 7.015**

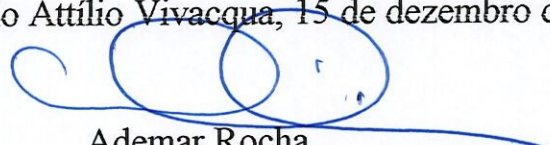
A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **Projeto de Lei nº 266/04**, envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

**Autoriza a desafetação de área no Bairro Consolação.**


**Art. 1º.** Fica autorizada a desafetação da área localizada entre as ruas Anízia Correia e Dr. Américo de Oliveira, no Bairro Consolação.

**Art. 2º.** Os recursos destinados a presente despesa correrão em dotação própria do orçamento vigente.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Palácio Atílio Vivacqua, 15 de dezembro de 2004.

  
Ademar Rocha  
**PRESIDENTE**

  
Neuzinha de Oliveira  
**1º SECRETÁRIO**

  
Maurício Leite  
**2º SECRETÁRIO**

  
Rafael Mussiello  
**3º SECRETÁRIO**





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
3887	16	X



**VETO TOTAL**

Sr. Diretor,

Estamos encaminhando para ser lido no Expediente Externo o veto total aposto pelo Exm: Sr. Prefeito, conforme ofício da PMV.

Em, 11/01/05  
fernandofoujardim.

**INCLUÍDO NO EXPEDIENTE**

Em 16/02/05

**DIRETOR**  
Leandro Cypreste  
Assistente Administrativo

**Ao Departamento Atividades Legislativas**

**Para Providenciar**

EM 16/02/05

**PRESIDENTE**  
**CMV**

O. Encaminhe-se para relatar as  
missões de: **JUSTIÇA**

Vitória/ES, 18/02/05

**Leandro Cypreste**  
Assistente Administrativo

**COMISSÃO DE JUSTIÇA**

Ao Sr. Vereador **Albino**  
**Carvalho** para relatar.

Em 23/02/2005

**Presidente**





**Prefeitura Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
3887	11	V.

GAB/019

Vitória, 05 de janeiro de 2005

Senhor Presidente:

Encaminhado através do Ofício 204/04 dessa Presidência, cientifiquei-me do Autógrafo de Lei nº 7.015/04, originário do Projeto de Lei nº 266/04, de iniciativa da Vereadora Neuza de Oliveira, que autoriza a desafetação da área localizada entre as ruas Anízia Correia e Dr. Américo de Oliveira, no Bairro Consolação.

De conformidade com o Parecer nº 10/05, emitido pela Procuradoria Jurídica, veto a matéria em sua totalidade, usando da competência que me é delegada no art. 113, inciso IV, e na forma do que dispõe o § 2º, do Art. 83, da Lei Orgânica do Município de Vitória. Apesar do veto, parablenizo a Câmara Municipal pela louvável intenção.

Renovando meus protestos de consideração para com os postulantes dessa Egrégia Casa de Leis, espero o apoio para manutenção do veto apostado.

Atenciosamente,

João Carlos Coser  
Prefeito Municipal

Exmo.Sr.

Vereador Antônio Alexandre dos Passos Souza  
Presidente da Câmara Municipal de Vitória

Nesta

Ref.Proc.5589740/04 - PMV  
3887/04 - CMV

ccmt

10:51 06/01/05 000056 CM-Vitória Beal

10:51 06/01/05 000056 CM-Vitória Beal





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA JURÍDICA

**OPINAMENTO Nº 10/2005**

Processo nº 5589740/2004  
Requerente: Câmara Municipal de Vitória  
Assunto: Autógrafo de Lei

À PROJUR/GAB  
Sr. Procurador Geral,

**RELATÓRIO**

O GAB/PAR solicita desta Procuradoria a análise jurídica do Autógrafo de Lei constante de fls. 02, cuja ementa é a seguinte: "Autoriza a desafetação de área no Bairro Consolação."

É o breve relatório.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Verificamos que o Projeto de Lei analisado é oriundo da iniciativa de membro do Poder Legislativo e versa sobre matéria de iniciativa privativa do Poder Executivo.

O Projeto de Lei por tratar de matéria inerente à administração do patrimônio municipal, não pode ser originado no Poder Legislativo, por constituir atribuição exclusiva do Poder Executivo. Com a invasão de competência, o ato normativo apresenta vício de inconstitucionalidade formal.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
3887	12	<i>[assinatura]</i>

*06/*

*[assinatura]*





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
3881	13	V.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA JURÍDICA

O projeto de lei, elaborado por iniciativa de Vereador, pretende desafetar área pública localizada entre as ruas Anízia Correia e Dr. Américo de Oliveira, no Bairro Consolação.

O aludido projeto deixa de observar normas gerais acerca da legitimidade para a propositura de leis que disponham sobre bens pertencentes ao Patrimônio Municipal, cuja iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo.

Dessa forma, restam violados dispositivos da Lei Orgânica Municipal, com destaque para os seguintes:

“Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais do Município de Vitória:

(...)

IV – promover adequado ordenamento territorial, de modo a assegurar a qualidade de vida da população.”

“Art. 23 – Cabe ao Poder Executivo a administração do patrimônio municipal, respeitada a competência da Câmara quantos aos bens utilizados em seus serviços.”

A Lei Orgânica Municipal objetiva restringir a possibilidade de alterações, sem que haja planejamento e análise prévia da necessidade e da utilidade na mudança de destinação de bens municipais.

Acerca da inconstitucionalidade contida no Projeto de Lei, vejamos, a título ilustrativo, o seguinte aresto:

2





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA JURÍDICA

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
3887	14	Nr

08  
1

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI COMPLEMENTAR N. 323/2000. ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TAGUATINGA, APROVADO PELA LEI COMPLEMENTAR N. 90/1998. **VÍCIO DE INICIATIVA**. VIOLAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO DF: ARTS. 19, *CAPUT*, 51, *CAPUT* E § 3º, 52, 100, INCISO VI, 319 E 320. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE.

I - **Por ter sido a lei complementar iniciada por proposta de Deputados Distritais, está manifesto o vício de iniciativa, eis que a lei complementar dispôs sobre a administração de bem do Distrito Federal, seu uso e destinação, o que só poderia ter sido viabilizado por projeto de lei originário do Poder Executivo.** A Lei Orgânica do DF, para a criação de normas acerca da administração de bens do Distrito Federal (arts. 52 e 100, inciso VI), **deferiu ao Governador a iniciativa de tal lei**, dispondo também da prerrogativa de veta-lo (art. 58, *caput* e inciso IX).

II - Restando demonstrado que a Lei Complementar n. 323/2000 promoveu alteração no Plano Diretor de Taguatinga (Lei Complementar n. 90, de 11-03-98), após três anos de sua instituição, patente também ficou o desrespeito flagrante dos arts. 19, *caput*, 51, *caput* e § 3º, 52, 100, inciso VI, 319 e 320, da Lei Orgânica do DF. A violação se expressa na não observância do decurso do prazo mínimo de quatro anos para que os planos diretores locais sejam revistos, como também pela **afronta aos princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade, por propiciar a ocupação desordenada do território do Distrito Federal, além do descumprimento dos critérios de proteção ao meio ambiente, ao patrimônio urbanístico e paisagístico.**

III - Tais circunstâncias autorizam o acolhimento do pedido formulado na presente ação direta para proclamar, com efeitos *erga omnes* e *ex tunc*, a inconstitucionalidade formal da Lei Complementar distrital nº 323, de 29 de novembro de 2000, e material do artigo 1º da referida lei, frente aos artigos 19, *caput*, 51, *caput* e § 3º, 52, 100, inciso VI, 319 e 320, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

3





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
3887	15	N.

09  
11

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADORIA JURÍDICA

(TJDFT, ADI 2001.00.2.001472-8, Relator:  
Desembargador Jeronymo de Souza, Data do  
julgamento: 6/8/2002, DJ de 26.11.2002)" (Grifamos)

Destarte, por restar configurado o vício de iniciativa constante do projeto de lei, cumpre destacar a sua inconstitucionalidade formal, na medida em que cabe ao Poder Executivo a administração dos bens municipais.

Ademais, a transformação com a alteração da destinação original da área vai de encontro à Política Urbana Municipal (art. 155 da LOMV), violando, ainda, o Plano Diretor Municipal (art. 167 da LOMV).

Com efeito, a desafetação pretendida deve ser realizada com a devida análise acerca do impacto sobre o meio ambiente e a situação sócioeconômica da região, bem como deve ser comprovado o relevante interesse público após ampla audiência da população interessada, a fim de se evitar prejuízo à implementação de uma ocupação territorial ordenada e equilibrada.

A desafetação também deve atender o pleno desenvolvimento das funções sociais da sociedade, visando garantir a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Não vislumbramos a existência de qualquer interesse público comprovado nos autos ou outros motivos excepcionais que legitimassem a referida desafetação.

4



100



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PROCURADORIA JURÍDICA

Por fim, vale destacar que a desafetação de área pública situada em área urbana na forma como pretendida, afronta os princípios constitucionais da razoabilidade, da moralidade, da impessoalidade e do interesse público, na medida em que torna possível a ocupação desordenada do Município, com prejuízos a toda população local.

**CONCLUSÃO**

Pelo exposto, por considerar o projeto de lei inconstitucional ante o vício de iniciativa, bem como contrário ao interesse público, opinamos pelo veto total de acordo com o disposto no artigo 83, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Vitória.

É como pensamos, S.M.J.

Vitória-ES, 05 de janeiro de 2005.

*[assinatura]*  
Rafael Santa Anna Rosa  
Assessor Técnico/PROJUR/GAB  
OAB-ES nº 9.195



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**VEREADOR**  
**VAREJÃO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
3887	17	

**COMISSÃO DE JUSTICA**

**PARECER**

(Veto ao Projeto de Lei Nº 266/2004)

Trata-se de Veto Total aposto ao Projeto de Lei de autoria da Ilma Vereadora Neuzinha de Oliveira que autoriza a desafetação de área no Bairro Consolação nesta capital.

O presente projeto tem por finalidade desenvolver na área em questão ações sócio- culturais e esportiva. Sendo assim a desafetação garante a melhoria da qualidade de vida dos moradores do Bairro.

Assim sendo:

Ante os motivos aduzidos, **SOU PELA MANUTENÇÃO DO VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 266/2004.**  
É o parecer.

Palácio Atílio Vivacqua, 28 de fevereiro de 2005.

Vereador ALOISIO VAREJÃO  
Relator

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, n.º 1788 - Bento Ferreira, Vitória/ES CEP: 29052-120  
Tel: 334.4536 - Fax: 334.4535 e-mail: aloisiovarejão@cmv.org.br

Comissão de Justica

Aprovado o Parecer

ao Depto Legislativo para as devidas providências.

Em

Presidente





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
3887	18	

Ao Sr (a): Rita Pratti  
Para providenciar a extração do avulso.  
Em, 17 / 03 / 05  
SAC - Serviço de Apoio às Comissões  
Jacqueline R. F. Freitas

Sr. Diretor, devidamente providenciado.  
Em, 18 / 03 / 05  
Rita Pratti  
ASSINATURA

Inclua-se na Ordem do Dia

Em 18 / 03 / 05

PRESIDENTE DA CÂMARA





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
3887	19	

**AVULSO Nº 020/2005**

<b>PROCESSO</b>	<b>3887/2004</b>
<b>PROJETO DE LEI Nº</b>	<b>266/2004</b>
<b>EMENTA</b>	<b>Autoriza desafetação de área no Bairro Consolação nesta Capital.</b>
<b>INICIATIVA</b>	<b>NEUZINHA DE OLIVEIRA</b>
<b>PARECER</b>	<b>Comissão de Justiça – Pela Manutenção do Veto</b>





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



Rejeitado veto total por 8 x 5 votos

Encaminha-se ao D.A.L. para comunicar ao Executivo

Em 05/04/05

**\*PRESIDENTE DA CÂMARA**

AO SR (SRA) EDNEA/REGINA

PARA COMUNICAR POR OFICIO AO EXECUTIVO A REJEIÇÃO DO VETO DO PROJETO DE LEI QUE TRATA O PRESENTE PROCESSO.

EM 06 / 04 / 2005

DIRECTOR D.A.L.

5. Director:

Devidamente providenciado, conforme  
cópia em anexo.

Gm, 07/04/2005

Edna Handbat





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica

**BOLETIM DE PRESENÇA**

       SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 05 / 03 / 2005

VEREADOR	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
ADEMAR ROCHA		A	
ALEXANDRE PASSOS	P		
ALOÍSIO VAREJÃO	P		
ANTÔNIO DENADAI	P		
DERMIVAL GALVÃO	P		
ESMAEL ALMEIDA	P		
FABIO LUBE	P		
GILMÁRIO PASSARINHO	P		
LUCIANO REZENDE	P		
LUIZINHO COUTINHO	P		
LYRIO ROCHA	-	A	
NEUZINHA DE OLIVEIRA	P		
REINALDO BOLÃO	P		
TONINHO LOUREIRO	P		
ZEZITO MAIO	P		

SECRETÁRIO: Neuzinha de Oliveira





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica

OF. PRE. VT. Nº 014

Vitória, 07 de abril de 2005.

Assunto: **Comunicação.**

Senhor Prefeito,

Protocolado.....: 4668/2005 Data : 13/04/2005 Hora: 10:04  
Requerente.....: CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
Órgão Destino...: SEMAD/CA/DC/PG  
Resumo.....: COMUNICANDO QUE MANTEVE O VETO REF.AO PROJETO DE  
LEI DE Nº 266/2004  
Tipo Documento..: OFICIO  
Número Documento: 014/2005

Comunico que a Câmara, em sessão realizada no dia 05 de abril do corrente exercício, ***manteve o veto total*** apostado pelo Sr. Prefeito João Carlos Coser ao **Projeto de Lei nº 266/2004**, de autoria da Vereadora **Neuzinha de Oliveira**, referente ao **Autógrafo de Lei nº 7.015/2004**.

Atenciosamente,

Alexandre Passos  
**PRESIDENTE**

Ao  
Exmo. Sr.  
João Carlos Coser  
Prefeito Municipal de Vitória

Proc. nº 3887/04 - CMV  
Proc. nº 5589740/04 - PMV  
EH





# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica

Sr. Diretor:

≡ ARQUIVE-SE ≡

m. 16/04/2005

~~LAURO CYPRES E~~  
DIRETOR DAL  
C. M. V.